

MPF e MPC recomendam que Estado contrate brigadistas e fortaleça fiscalização para combate a queimadas e desmatamento no AM

Dados do Inpe apontam para recordes históricos de queimadas neste ano. Área de floresta desmatada também segue tendência de alta.

Por G1 AM

07/10/2020 18h39 · Atualizado há 3 anos



Queimadas em Humaitá, no interior do Amazonas. — Foto: Raolin Magalhães/Rede Amazônica

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE

O Ministério Público Federal (MPF) e o Ministério Público de Contas do Estado do Amazonas (MPC-AM) recomendaram ao Governo do Amazonas uma série de medidas emergenciais para combate às queimadas e ao desmatamento no estado. Dentre elas, contratação de profissionais, utilização de efetivos existentes e a posterior realização de concurso público, além do fortalecimento de fiscalizações e **autuação de crimes ambientais**.

O **Amazonas teve um aumento de 51,7% na quantidade de focos de queimada** registrados nos seis primeiros meses de 2020, em comparação com o mesmo período do ano passado, conforme dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). **O desmatamento cresceu 6%** no primeiro semestre de 2020.

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE

O Governo do Amazonas informou ao **G1**, por meio de nota, que já foi notificado da recomendação e prestará informações aos órgãos de controle. Ele informou, ainda, que apresentou ao MPF e MPC, em setembro, os esforços que estão sendo feitos pelos órgãos estaduais no enfrentamento do desmatamento e queimadas no Amazonas **(leia mais abaixo)**.

Entre os pedidos mais urgentes, para cumprimento no prazo de 15 dias, estão a contratação emergencial de brigadistas para atuação no enfrentamento a queimadas no Amazonas, em especial na região sul do estado, em número compatível com a quantidade, área e intensidade dos focos a serem enfrentados. Os profissionais devem ser alocados em todos os dez municípios mais afetados.

Além disso, eles recomendam a elaboração formal de plano de ação específico para ações de comando e controle a curto prazo, visando o enfrentamento de queimadas e desmatamento, com previsão de insumos a serem utilizados, inclusive em termos de recursos humanos, produtos esperados, metas e indicadores.

Também dentro de 15 dias, o MPF e o MPC-AM requereram o fortalecimento da governança do **Plano de Prevenção e Controle ao Desmatamento e Queimadas do Amazonas**, mediante devida escolha de membros da sociedade civil para composição do comitê do plano, além da inserção de mecanismos de participação específica dos municípios mais afetados pelo desmatamento no estado do Amazonas.

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE

Além do governador, a recomendação foi encaminhada ao secretário de Estado do Meio Ambiente do Amazonas (Sema), ao diretor-presidente do Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas (Ipaam), ao secretário da Fazenda do Estado do Amazonas (Sefaz), ao diretor-presidente da Agência de Defesa Agropecuária e Florestal do Amazonas (Adaf), ao secretário de Estado das Cidades e Territórios do Estado do Amazonas (Sect), ao secretário de Produção Rural do Estado do Amazonas (Sepror), ao diretor-presidente da Agência de Fomento do Estado do Amazonas (Afeam), ao diretor-presidente da Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (ADS) e ao diretor-presidente do Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Estado do Amazonas (Idam).

"A dimensão da crise ambiental atualmente vivenciada sinaliza a necessidade de focalização de ações imediatas de comando e controle, para enfrentamento aos incêndios - o que se faz por meio da mobilização de brigadistas - e para responsabilização administrativa de infratores ambientais - o que se faz por meio da adequada organização das atividades administrativas-fiscalizatórias", afirma trecho do documento.

Na recomendação, o MPF e o MPC-AM ressaltam que o Governo do Amazonas tem feito "deliberada opção pelos investimentos em políticas estruturantes de mais longo prazo", que ainda estão em fase inicial de planejamento, sendo necessária a adoção de medidas mais imediatas para o enfrentamento à crise ambiental atual, "sob pena de estar o Estado a colaborar com a destruição da floresta, mediante deliberada omissão".

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE

Fiscalização e autuação

A recomendação estabelece o prazo de 60 dias para que sejam adotadas medidas para o fortalecimento dos mecanismos de fiscalização e autuação de ilícitos ambientais – em especial desmatamento e queimadas – no estado do Amazonas, dentre elas a utilização emergencial e temporária de efetivos da Polícia Militar Ambiental na

fiscalização ambiental, inclusive para lavratura de autuações administrativas, com direcionamento dos procedimentos administrativos de autuação consequentes ao Ipaam, tudo com regramento próprio a ser definido pelo Poder Executivo do Estado.

Outra medida a ser cumprida dentro de 60 dias é o incremento da presença estatal em campo para repressão administrativa a desmatamentos e queimadas, mantendo-se permanentemente equipes multi-institucionais, compostas por servidores do Ipaam e/ou da Polícia Militar Ambiental, da Sema, do Corpo de Bombeiros, da Polícia Militar, da Defesa Civil e, se for o caso, da Polícia Civil, sem prejuízo da presença de forças federais, ao menos nas cinco principais áreas críticas do Estado.

Ainda foi requisitada, dentre outras medidas, a implementação de critérios técnicos e objetivos para contratação de servidores comissionados no âmbito da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e do Ipaam, vedando-se a escolha de profissionais sem formação em área correlata à proteção do meio ambiente e à implementação de políticas de desenvolvimento sustentável, bem como sem experiência comprovada nas áreas correlatas.

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE

Realização de concurso público

No prazo de um ano, o MPF e o MPC-AM recomendam, ainda, que seja promovido o fortalecimento da capacidade institucional da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e do Ipaam, por meio da realização de concurso público para provimento de cargos técnicos, em especial capacitados à realização de atividades de fiscalização e autuação ambiental, gestão de unidades de conservação e elaboração e implementação de políticas públicas ambientais.

O prazo para prestação de informações sobre as medidas recomendadas é de 15 dias, a partir do recebimento do documento.

O que diz o governo

Por meio de nota, o governo informou que entre as ações de enfrentamento ao problema, está a Operação Curuquetê 2, iniciada em junho e que envolve atuação de equipes de fiscalização que vão a campo a partir de informações georreferenciadas, para tornar mais preciso o combate aos focos de calor. A operação é coordenada pelo Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (Ipaam), e conta com o suporte da Secretaria de Meio Ambiente (Sema), da Secretaria de Segurança, Corpo de Bombeiros, Defesa Civil, Polícia Civil, Ibama e brigadistas municipais.

Também em setembro, o Governo do Estado lançou o programa "Amazonas Mais Verde", que vai intensificar as ações de prevenção, fiscalização e combate ao desmatamento e queimadas no Amazonas. Dentro do programa, serão destinados mais de R\$ 30 milhões para melhorias no sistema de monitoramento da cobertura vegetal no

Amazonas, com aquisição de novos equipamentos e apoio à estruturação e treinamento das forças de segurança que atuam na prevenção e combate aos crimes ambientais.

O programa também vai, entre outras ações, fortalecer as Secretarias Municipais de Meio Ambiente da região metropolitana de Manaus RMM e dos municípios do sul do Amazonas, além de informatizar e descentralizar as atividades do Ipaam, agilizando os processos de licenciamento ambiental.



O acordo de Bolsonaro

O Assunto



00:00

O acordã

27:06

MANAUS

Veja também